

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO RIO GRANDE DO NORTE – BRASIL¹

Francisco Fransualdo de Azevedo

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ffazevedo@gmail.com

Welton Paulo do Nascimento

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
welton.pn@hotmail.com

Resumo

O período pós Segunda Guerra Mundial passou a ser marcado por um novo impulso para o modo capitalista de produção, sobretudo para o capital hegemônico, redefinindo e intensificando fluxos diversos, dentre esses, de pessoas, informações, mercadorias e dinheiro, em curso até os dias de hoje. A velocidade e a intensidade de tais fluxos têm ocasionado acirrada competitividade entre lugares, países e regiões, além de impor relativa necessidade de fortalecimento econômico desses, e do seu entorno, resultando na formação de blocos econômicos. Essas transformações, que assumiram um novo caráter a partir da difusão dos novos sistemas técnicos, passaram a configurar relações entre áreas localizadas em diferentes porções do planeta, configurando o que ficou conhecido como processo de globalização ou processo de mundialização do capital. As transações financeiras e econômicas entre determinados países e blocos econômicos têm provocado diversificados fluxos, perpassando questões políticas, econômicas e sociais internas ou externas a esses. Nesse contexto, o presente trabalho busca analisar as relações comerciais, em nível de exportações, entre o estado do Rio Grande do Norte/Brasil, no período de 2003 a 2013, com base nas transações entre os principais blocos econômicos, associado (ou intrínseco) ao processo de reestruturação produtiva do capital e seus efeitos no território potiguar.

Palavras-chave: Integração econômica, Blocos econômicos. Rio Grande do Norte.

INTEGRACIÓN ECONÓMICA INTERNACIONAL Y REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA EN RIO GRANDE DO NORTE – BRASIL

Resumen

El período de después de la Segunda Guerra Mundial está marcado por un nuevo impulso al modo de producción capitalista, especialmente para el capital hegemónico, la redefinición de un contexto de intensificación de los flujos económicos, en particular el de las personas, la información, bienes y dinero. La velocidad y la intensidad de estos flujos han llevado a una fuerte competencia entre las economías y países, así como la necesidad del fortalecimiento económico interno de éstos y su entorno. De lo que resultó la formación de bloques económicos. Estas transformaciones asumirán un nuevo carácter a partir de la difusión de nuevos sistemas técnicos, permitiendo establecer relaciones entre múltiples zonas del planeta alejadas entre sí. Lo que se conoce como proceso de globalización o mundialización del capital. En este contexto, el presente trabajo analiza las relaciones comerciales entre el estado de Rio Grande do Norte / Brasil, en el período 2003-2013, sobre la base de las transacciones entre los principales bloques económicos, asociados (o intrínsecos) al proceso de reestructuración capital productivo y sus repercusiones en el territorio del estado.

Palabras clave: Integración Económica. Bloques económicos. Rio Grande do Norte.

ECONOMIC INTEGRATION AND PRODUCTIVE RESTRUCTURING IN RIO GRANDE DO NORTE – BRAZIL

Abstract

From post War onward, the action of hegemonic capital in front of its new logic of reproduction enters in a period of intensification of diverse flows, like people, information, merchandise and money flow, a period that extends to the present, where the intensification of these relations is increasingly encouraged by global economies. The pursuit for speed of reproduction of capital begins to bring out competitiveness between the global economies and the necessity of intern economic strengthening of countries, resulting in formation of trade blocs. These transformations, that have

¹ O presente texto é resultado de pesquisas e discussões realizadas no âmbito do Projeto CASADINHO/PROCAD/CNPq/CAPES entre os Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFRN e da FCT-UNESP-Presidente Prudente/SP, cujo projeto intitula-se “A reestruturação produtiva e a dinâmica urbano-regional no Rio Grande do Norte (1990-2010)”.

assumed a new stance from the spreading of new technical systems, began to configure dealings between areas localized in different regions all over the world, forming what it is known today as a process of globalization. The commercialization of products between countries and trade blocs has caused diversified flows, relegating domestic economic issues in these countries. In these terms, the national States start, then, to interfere in these issues seeking to the economic integration in order to strengthen their economies. From that point of view, this academic work aims to analyze the exports made by the Rio Grande do Norte / Brazil, from 2003 to 2013, based on trade relations with the trade blocs and productive restructuring.

Key Words: Economic Integration. Trade Blocs. Rio Grande do Norte.

1. Introdução

Em tempos de integração econômica do capital onde há uma maior interação entre diferentes áreas da superfície do planeta, o sistema capitalista busca formas diversas de se reproduzir em velocidade cada vez mais acelerada. Assim, diversos fluxos são constituídos, resultando em redes dinâmicas e complexas, funcionando a partir da ação dos diversos agentes e elementos que compõe o espaço, sejam eles os homens, as infraestruturas, as firmas, as instituições e o meio ecológico (SANTOS, 1988), configurando a totalidade espacial.

A conquista por áreas, as trocas comerciais e a formação de redes são aspectos intrínsecos ao processo de mundialização do capital, sendo perceptíveis na realidade do mundo contemporâneo. Com isso, devem-se considerar os eventos que ocorreram na história do homem que culminaram em suas formas de produção e reprodução, chegando a ocasionar as características atuais de uma economia dita global.

É notório que o homem, desde os seus primórdios, sempre desempenhou um significativo papel no desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas, porém só na Idade Moderna é que ele vem usar esses meios para a formação de fluxos em escala global. As grandes navegações e sua busca pelo descobrimento de territórios, os períodos de guerras mundiais e os interstícios pós-guerras resultaram na evolução de ideias e formação de técnicas importantes para a configuração do meio técnico-científico-informacional, nesse último caso, especialmente depois da Guerra Fria.

A articulação de áreas passou a ser comum no mundo, onde a informação ganha destaque, resultando em complexas redes, cujas economias que antes abrangiam escalas locais têm ultrapassado fronteiras e alcançado o âmbito global, influenciando tanto o contexto econômico, como também o cultural e o político.

Os blocos econômicos passam a surgir no mundo em constante processo de transformação, com o intuito de constituir uma conjuntura representativa, em termos econômicos, no cenário global, possibilitando o fortalecimento de determinadas economias e a participação de diversos países, inclusive aqueles subdesenvolvidos, no comércio internacional, porém enfraquecendo outros, gerando, muitas vezes mais segregação e desigualdades socioespaciais.

É nessa perspectiva, portanto, no que concerne às trocas comerciais em escala mundial entre diferentes áreas do planeta, que nos propusemos analisar as relações comerciais, a partir dos fluxos de exportações, entre o estado do Rio Grande do Norte e alguns dos principais blocos econômicos e países, no período de 2003 a 2013, a fim de identificarmos os principais produtos da base exportadora, em especial as relações comerciais com alguns países e os blocos econômicos MERCOSUL, União Europeia, Estados Unidos (inclusive Porto Rico)², Associação Latino Americana de Integração – ALADI (exclusive MERCOSUL) – e o continente africano.

Nesse sentido, adotou-se como principais procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica e conceitual a partir de leituras e diálogos sobre mundialização do capital, globalização, economia global, formação de redes e blocos econômicos, portanto, integração econômica, exportações e transformações socioespaciais. Não obstante, foi realizada a pesquisa documental com acesso a publicações disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), sendo possível a identificação dos principais produtos exportados durante o respectivo período. Utilizamos como fonte para a coleta de dados o Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (AliceWeb2), proporcionando a obtenção de dados quantitativos sobre as exportações realizadas pelo Rio Grande do Norte para os blocos econômicos ora trabalhados e seus respectivos países. Na sequência, os dados foram trabalhados e sistematizados de modo a gerar gráficos, quadros, tabelas e cartograma seguidos de análises.

2. A economia global na contemporaneidade: uma contextualização

No contexto das discussões sobre como se deu o avanço dos movimentos que tinham a finalidade de diminuição das barreiras comerciais, por meio de ações que visavam à integração econômica, podemos constatar a importância dos países europeus, a partir do século XVI, como responsáveis pelo movimento de expansão de suas economias, difusão cultural, não obstante a expansão do seu poder político por intermédio das grandes navegações e das chamadas companhias de comércio. A partir de então, o mundo passou a vivenciar uma integração progressiva em âmbito econômico, o que ficaria conhecido, mais tarde, como processo de globalização³ ou mundialização do capital⁴.

Foi a partir do período pós-guerra que o mundo passou por transformações nunca antes vistas na história da humanidade. O sistema capitalista passa a presenciar, cada vez mais, a

² A análise sobre as exportações para os Estados Unidos (inclusive Porto Rico) baseia-se em sua expressividade frente às relações comerciais entre Rio Grande do Norte e o bloco econômico NAFTA.

³ Termo que remete à percepção de Santos (2002) sobre a globalização dos lugares no espaço.

⁴ Expressão utilizada por Chesnais (1996) para se referir à internacionalização do capital, evidente a partir da década de 1950, com nova configuração do sistema financeiro mundial baseado em mecanismos para sua regulação e comando.

necessidade de fluidez frente a sua busca pela expansão, chegando a causar diminuição de barreiras/fronteiras quanto à capacidade de circulação de mercadorias, capital e até mesmo informações, tudo isso por meio da conquista de melhorias nos sistemas de transportes, assim como no intuito de fomentar novos significados às características presentes no espaço, as quais evidenciam marcas do passado, as chamadas rugosidades.

Foi, principalmente, no período pós-guerra que se evidenciou forte expansão do então modelo de produção, baseado na força de trabalho para a acumulação do capital. Porém, ao mesmo tempo em que esse sistema produtivo apresentava resultados muito positivos para os que detinham os meios de produção, sérios problemas recaíram sobre os trabalhadores, a exemplo do controle das capacidades físicas e mentais, perversas condições quando da exploração da força de trabalho concomitante à elevada jornada diária de trabalho. A essa fase de surgimento de novas tecnologias, de reconfiguração de hábitos de consumo e redefinição do poder político e econômico, foi dado o nome de Fordista – Keynesiano.

Intrínseco a esse modelo havia o propósito de estabilizar o capitalismo, porém isso só seria possível mediante o estabelecimento de estratégias administrativas científicas, bem como de poderes estatais. Até então, o capitalismo era bastante instável, dependendo de ações coletivas (HARVEY, 1992), ou seja, dependia de uma regulamentação, onde os Estados tinham um papel importante como intervencionista. Isso ainda é observado na contemporaneidade a partir, por exemplo, da política cambial brasileira visando o equilíbrio da economia, bem como a partir dos programas de incentivo à exportação, haja vista os incentivos fiscais concedidos.

A partir de 1965 esse modelo de produção viria a sofrer sérios problemas pelas próprias contradições do sistema capitalista. Nesse contexto:

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do Fordismo e do Keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”) (HARVEY, 1992, p. 135).

Paulatinamente, a partir dos anos 1980, quando o capitalismo vivenciou momentos de crise econômica em escala mundial, as economias passaram a providenciar e incentivar ações com o propósito de uma nova lógica de produção, uma reestruturação produtiva e espacial. Surgia, então, uma nova realidade no âmbito econômico, político, social e cultural, reconfigurando hábitos da sociedade e resultando em maiores interações socioespaciais e comunicação. As áreas consideravelmente longínquas no globo passam a manter contato até mesmo de forma simultânea, através dos meios técnicos sofisticados presentes na nova realidade.

Nessa perspectiva, Harvey (1992, p. 121) ressalta que “os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida”. Sendo assim, o surgimento de tecnologias avançadas passa a se inserir diretamente no sistema então vigente, resultando em uma nova divisão internacional do trabalho, incentivando o desenvolvimento de modernas tecnologias, especificamente no âmbito da informática e da comunicação.

Diante dessa nova lógica de acumulação do capital, onde o despotismo do consumo é estimulado em escala global, o mundo passa por um processo de intensificação da globalização, a qual, em sua essência, deve

ser encarada a partir de dois processos paralelos. De um lado, dá-se a produção de uma materialidade, ou seja, das condições materiais que nos cercam e que são a base da produção econômica, dos transportes e das comunicações. De outro há a produção de novas relações sociais entre países, classes e pessoas. A nova situação, conforme já acentuamos, vai se alicerçar em duas colunas centrais. Uma tem como base o dinheiro e a outra se funda na informação (SANTOS, 2010, 32).

Assim, insere-se cada vez mais nessa lógica de produção das coisas, a agilidade para a realização das atividades, chegando a um dado objetivo previamente estabelecido, em função das suas necessidades, se tornando dependente da velocidade em que as ações são realizadas. Associado a esses eventos tem-se a busca pelo avanço do meio técnico-científico-informacional, por intermédio da melhoria de infraestruturas, desregulamentação e liberalizações estatais por parte de diferentes países, assim como modernas formas de cooperação internacional, tornando evidente a chamada “topoligamia de lugares” (BECK, 1999), como a união do sistema econômico global em vários lugares ao mesmo tempo, em benefício do próprio modo de produção capitalista.

Nesse sentido, Azevedo (2012 *apud* BECK, 1999) ressalta a necessidade de se atentar para os equívocos referentes ao conceito de globalização, especificamente para o que vem sendo chamado de livre comércio mundial, pois

é um equívoco, por exemplo: acreditar que a economia globalizada seja a mais adequada para oferecer o bem-estar para todos, ou que esta é capaz de eliminar as desigualdades sociais. É evidente que não haverá jamais a partilha igualitária da riqueza gerada pela economia global, tampouco o atingimento universal da dignidade de sobrevivência e da cidadania. Ocorre de fato um acirramento das desigualdades entre nações e regiões, assim como num mesmo país ou região, aumentando ainda mais o distanciamento entre ricos e pobres (AZEVEDO, 2012).

É de se admitir que a globalização refere-se também aos maiores níveis de articulação entre os comércios, tal como a produção mundial, essas ocorrendo de forma diferenciada entre os blocos econômicos e países, principalmente quando se refere aos tipos de produtos comercializados, volume da produção e aos aspectos políticos e econômicos os quais os países apresentam e/ou estão inseridos, tornando, ou não, a possibilidade de intercâmbio comercial entre diferentes nações por mais longínquas que sejam.

A ação do capital hegemônico no contexto de uma lógica econômica voltada para a fluidez passa a ocasionar competitividades entre as economias globais, tendo em vista que os países não apresentam uma mesma lógica de relações produtivas. Essa competitividade se acirra ao mesmo tempo em que o mundo se globaliza, fragmentando e configurando diferentes níveis de hierarquia entre as nações, onde cada propósito estatal ganha importância; o Estado se enquadra, muitas vezes, como um elemento ativo na economia de um país (SANTOS, 2010).

Evidencia-se uma heterogeneidade espaço-temporal da economia global, assim como seus anacronismos e contradições. São distintos processos e eventos que envolvem diversos agentes circundados por relações de forças e múltiplos interesses desiguais, diversificados e contraditórios.

O modelo de produção e a integração econômica presentes na conjuntura atual de mundialização do capital acabam valorizando os aspectos relacionados à formação máxima de fluxos e circulações de capitais, pessoas, mercadorias e informações. O fator imprescindível para isso foi o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, onde o surgimento dos instrumentos favoráveis à comunicação entre diferentes agentes, localizados em distintos lugares, corroborou para uma maior flexibilidade à comercialização no cenário mundial, assim como para a emergência da formação de blocos econômicos.

3. Reestruturação produtiva e integração econômica regional

O final do século XX foi marcado por diversas transformações na economia política do capitalismo. As marcas dessas modificações podem ser observadas nos próprios hábitos de consumo e processos de trabalho da sociedade, como também na configuração geográfica do espaço, no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política. É nesse sentido que surge o mercado global e, conseqüentemente, a formação de blocos econômicos, mediante a nova lógica de reprodução capitalista, num mundo em processo de integração econômica. Tal processo imbrica-se, primordialmente, à reestruturação produtiva do próprio sistema capitalista.

Nesse sentido, a reestruturação produtiva pode ser entendida como um processo de redefinição, reconstrução e/ou reconstituição das estruturas, formas e funções do sistema produtivo. Desse modo,

as constantes mudanças impulsionadas pelo processo de reestruturação produtiva no mundo do trabalho manifestam-se não somente por meio das redefinições nas relações de produção, mas por meio da divisão territorial do trabalho. Isto porque é na organização do espaço geográfico ou na configuração do território que o processo de reestruturação produtiva assume sua forma visível e sua dimensão mais duradoura, a qual se revela por meio da distribuição espacial dos objetos geográficos e pelas redefinições nos usos destes. É a combinação justaposta das diversas formas de uso do território que revelam a sua dinâmica, a qual se torna cada vez mais complexa, a partir da emergência de novas

atividades produtivas, redefinições daquelas já existentes, bem como as práticas socioespaciais (AZEVEDO, 2013, p.116).

Trata-se de um processo marcado pela coexistência de novas e velhas formas de produzir, conduzido por redefinições no uso dos objetos geográficos, os quais, muitas vezes, têm suas formas conservadas, mas passam a adquirir novas funções mais condizentes com as atuais formas de produção e distribuição das mercadorias (SOJA, 1993, p. 194).

A reestruturação produtiva compreende ainda as mudanças verificadas nos elementos responsáveis por integrarem a realização das etapas que compõe os diversos processos produtivos, devido, sobretudo, à rearticulação das formas de acumulação do capital (MIZUSAKI, 2009). Vale ressaltar que tais mudanças alteram não somente as formas de produzir, mas atingem as várias dimensões da realidade econômica, política, técnica, social e espacial.

No que concerne ao emprego da técnica, esta consiste na principal forma de relação entre o homem e a natureza, sendo definida como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2009a, p. 29). Assim, depreendemos que toda atividade econômica, tal como todo processo produtivo, é realizada a partir do emprego da técnica e de relações mediatizadas pelo trabalho, muitas vezes, redefinido e redimensionado num contexto de integração econômica e de sociedade em rede.

Nesse contexto, é importante observar que as técnicas são propagadas de forma desigual, temporalmente, e implantadas de forma seletiva no espaço, o que possibilita a coexistência de objetos técnicos de diferentes momentos, com conteúdos distintos. Assim, os subsistemas técnicos de diferentes períodos combinam-se nas mais diversas áreas e determinam várias formas de vida e de produção possíveis (SANTOS, 2009b).

Destarte, a criação dos sistemas técnicos e o sucessivo surgimento de novas tecnologias redimensionam as relações sociais de produção e de trabalho. Essas redefinições ocorrem não somente nas indústrias, com a adoção de novas máquinas e técnicas de produção, mas disseminam-se também no campo, principalmente a partir da adoção de pacotes tecnológicos.

Diante do exposto, é importante destacar que tais mudanças são responsáveis por engendrarem diversas transformações no mundo do trabalho, implicando, muitas vezes, em perda para os que vendem a sua força de trabalho. Logo, as constantes mudanças impulsionadas pelo processo de reestruturação produtiva manifestam-se não somente por meio das redefinições nas relações de produção, mas por meio da divisão territorial do trabalho. Isso porque é na organização do espaço geográfico ou na configuração do território que o processo de reestruturação produtiva assume sua forma visível e sua dimensão mais duradoura, a qual se revela por meio da distribuição espacial dos objetos geográficos e pelas redefinições nos usos destes.

No interior desse processo, vários países passam a sentir a necessidade de se articularem econômica e politicamente, fazendo surgir os mercados ditos globais e os blocos econômicos regionais formados por estratégias e normas dos agentes econômicos, políticos e institucionais, no sentido de estabelecerem uma representatividade de suas economias. Formados mediante acordos entre nações de localização geográfica relativamente próxima, os blocos anseiam por uma maior abrangência em relação à sua influência, alcançando novos mercados consumidores para a sua produção, corroborando, assim, a reprodução do próprio capital.

Tendo em vista a dinâmica e a rapidez que marcam o funcionamento da economia capitalista contemporânea, os países são impulsionados, principalmente, pelas grandes empresas a fazerem mudanças na sua estrutura econômica e política com o intuito de atenderem à lógica de funcionamento e expansão do neoliberalismo. Nesse sentido, Ianni (1996, p. 134) afirma que “as corporações transnacionais desempenham um papel básico, que pode ser decisivo na criação, institucionalização e dinamização dos sistemas econômicos regionais”.

Nesse contexto, a realidade contemporânea de integração, sobretudo, econômica e social, favorece a formação de fluxos em diversas escalas. Assim, constituem-se como principais blocos econômicos: União Europeia, Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) e Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Na realidade global atual, observa-se que enquanto alguns blocos comerciais encontram-se bem estruturados, a exemplo da União Europeia, outros ainda demonstram incipiência e fragilidades, como é o caso da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), buscando, gradativamente, uma maior articulação e uma maior participação em termos de abrangência espacial para a comercialização de sua produção. A caracterização de tais blocos como consolidados e bem estruturados (ou não) deve-se principalmente, aos processos históricos que eles vivenciaram, especialmente quando envolve questões de conflitos políticos, assim como diferenciações étnicas populacionais.

No presente trabalho, optamos pela análise das relações comerciais do Rio Grande do Norte (Brasil) em termos de exportações destinadas a alguns países e aos principais blocos econômicos, como o MERCOSUL, a União Europeia, os Estados Unidos, a África e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (FIG. 1). Estes são os que apresentam uma maior representatividade nos valores de exportações gerados pela comercialização de produtos oriundos dessa unidade federativa no Brasil, relações essas imbricadas ao processo de reestruturação produtiva em curso há décadas.

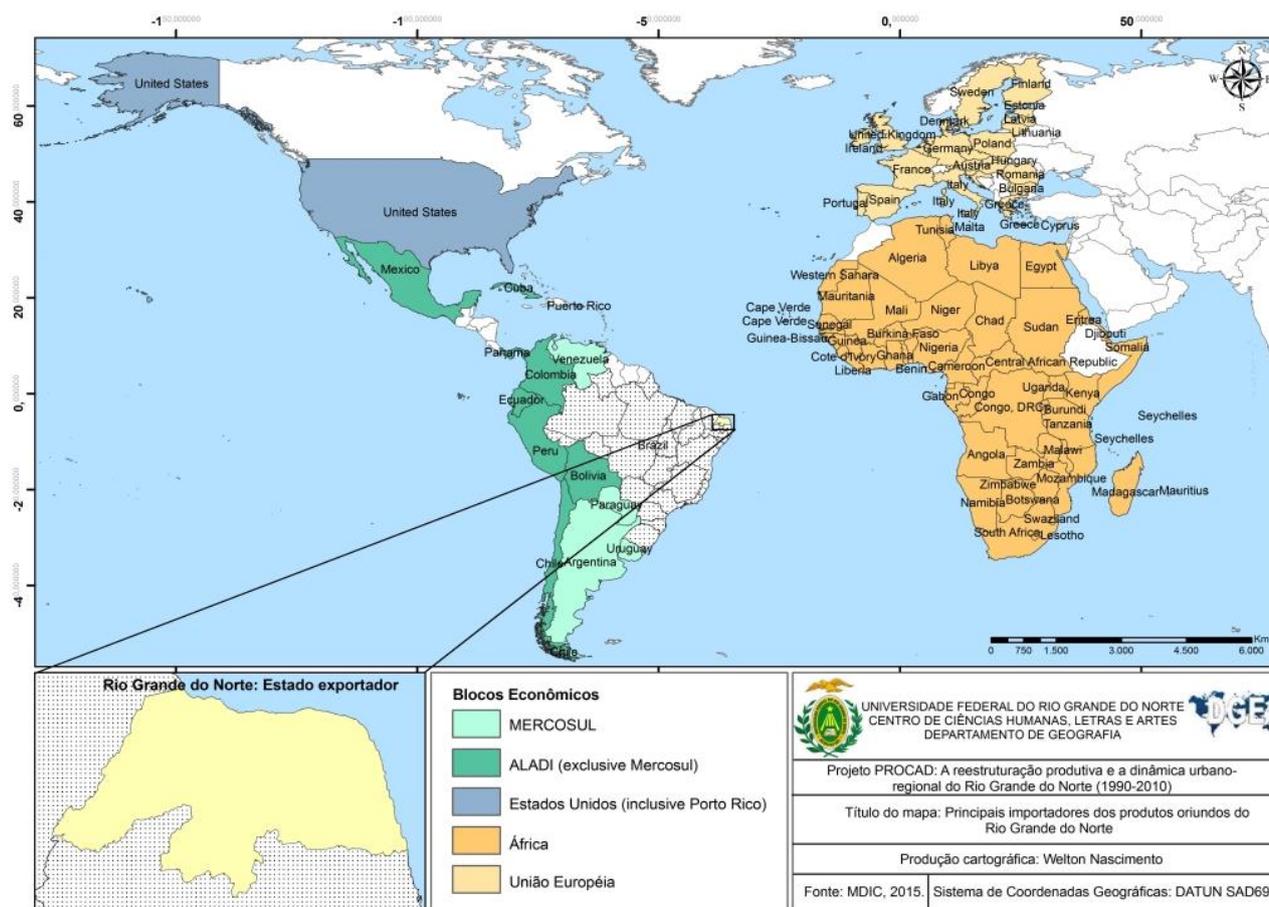


FIGURA 1⁵: Principais blocos econômicos importadores dos produtos oriundos do Rio Grande do Norte (2003 a 2013).

Vale frisar que a África e os Estados Unidos (inclusive Porto Rico) foram analisados sendo considerados como blocos econômicos tendo como base os critérios estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para a análise das exportações, ou seja, mesmo não se configurando formalmente como blocos econômicos, foram trabalhados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior como elementos que apresentam particularidades aproximando-se do que vem a ser uma economia regional. Diante disso, discutiremos as principais características de cada sistema econômico regional citado.

Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

Foi em 1991, por meio do Tratado de Assunção, que ocorreu a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), objetivando uma maior inserção das economias da América do Sul na economia global, tendo em vista o desenvolvimento do potencial econômico de seus países frente

⁵ Na figura 1 o território brasileiro está em destaque por fazer parte dos blocos econômicos MERCOSUL e ALADI. Assim, o presente texto não levou em consideração as relações comerciais entre o RN e as demais unidades da federação.

ao estabelecimento de maiores relações de âmbito econômico (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991).

Nos últimos anos vem se verificado um relativo grau de independência por parte dos países membros em relação às importações, sendo justificado pelo acelerado ritmo das importações e exportações pelo MERCOSUL. Segundo Arroyo (2006), constata-se um aumento das relações econômicas, políticas, diplomáticas e empresariais entre os países membros do respectivo bloco, assim como entre estes e outros. Tal processo de ampliação do bloco econômico resulta, também, de uma maior abrangência de seu mercado, reconfigurando antigas escalas de produção e circulação, bem como a configuração de novos fluxos e redes, modificando, dessa forma, o território (ARROYO, 2006).

É importante observar o fato de que quanto maiores os níveis de articulações, maiores podem ser as desigualdades inerentes a esse processo, assim como as contradições socioespaciais no interior de um dado bloco econômico, mas também fora dos países e até mesmo das regiões, sendo criada uma conjuntura de relações marcada, geralmente, por forças desiguais, havendo benefícios para alguns em detrimento de prejuízos para outros.

Os países que integram o MERCOSUL são: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, este último país vindo a se integrar em 31 de julho de 2012, sendo analisado a partir da respectiva data. São países associados a esse bloco: Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Equador, porém estes não serão analisados no presente trabalho como membros oficiais do bloco.

União Europeia⁶

O bloco econômico da União Europeia tem suas origens a partir de 1950 mediante, principalmente, a Comunidade Europeia do Carvão e Aço, tendo como países pioneiros Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e os Países Baixos, além da Comunidade Econômica Europeia (CEE) instituída pelo Tratado de Roma em 1957. Foi somente a partir de 1993, com a consolidação do sistema de cooperação e integração econômica, mediante o Tratado de Maastricht, o qual ocorreu um ano antes nos Países Baixos, que foi criada a União Europeia (UE), sendo proposta a criação de uma política monetária comum para o continente europeu, com a adoção do euro, não vindo a atingir todos os países membros, a exemplo da Inglaterra (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

Na atualidade, trata-se do bloco com maior organização em relação à sua estrutura interna, possuindo maior atuação dentre os demais, dinamizando a economia global, por intermédio do

⁶ Os países que integram oficialmente à União Europeia após o ano de 2003 foram analisados a partir de suas respectivas datas de entrada no bloco.

estabelecimento de poderosas alianças e rápidas transações, estabelecendo diversos e complexos fluxos financeiros movidos em velocidades cada vez mais aceleradas.

Como objetivo principal do bloco sobressai a política de comércio comum, não obstante a política agrícola comum, a política comum no setor de infraestrutura (energia, transporte e telecomunicações), assim como a promoção de bem-estar socioeconômico para seus países membros, possibilitando a livre circulação de mercadorias, capital, serviços e, especialmente, pessoas (AZEVEDO, 2012).

No que diz respeito aos países membros da União Europeia, é importante ressaltar que, mesmo sendo o bloco com maior expressividade atualmente, ocorrem divergências e desigualdades entre seus países integrantes, existindo países que apresentam vulnerabilidades e fragilidades em termos socioeconômicos.

São países membros da União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda (Eire), Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos (Holanda), Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia. Os países que se integraram ao bloco após o ano de 2003 foram analisados a partir da data oficial de inserção.

Estados Unidos (inclusive Porto Rico)

Os Estados Unidos da América (EUA) constituem-se como a maior potência econômica mundial na contemporaneidade. Essa posição foi consolidada após a Primeira Guerra Mundial, posterior ao declínio hegemônico da antiga maior potência global, a Inglaterra.

Frente ao conflito da Segunda Guerra Mundial, os EUA, mesmo não aparecendo como potências de peso, inicialmente passam a ter importância no que diz respeito ao encerramento do conflito fazendo parte das forças aliadas, as quais defendiam a não consolidação da civilização comunista, em detrimento da plutocracia capitalista.

Após o término da segunda grande guerra, os EUA e a União Republicana Socialista Soviética, ambas integrantes das forças aliadas na Segunda Guerra, aparecem como nações que passam a exercer liderança no contexto político e econômico mundial, onde a dimensão ideológica passou a se incluir dentre os aspectos militares e econômicos.

Depois da conferência de Yalta, ocorrida na Crimeia, em 1945, resultando na definição das áreas de influência entre o oeste (representado pela potência capitalista EUA) e o leste (tendo como influenciador a União Soviética), o mundo presencia um novo conflito, cujo principal motivo diz respeito à consolidação da hegemonia dos seus respectivos países.

Esse conflito envolveu as esferas políticas, militares, econômicas, sociais, tecnológicas e ideológicas entre as duas nações, por meio da busca pela hegemonia. Apesar de acordos e da criação de medidas pelas duas potências, durante o conflito verificou-se gradativamente um atraso econômico, assim como a falta de democracia das repúblicas soviéticas, vindo a resultar numa forte crise no fim da década de 1980, chegando ao fim da URSS, oficialmente, em 1991. Na sequência, os Estados Unidos da América passaram a ser considerados, a partir de então, como a principal potência econômica mundial.

Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)

A Associação Latino-Americana de Integração é um bloco oriundo do Tratado de Montevideú, realizado na capital do Uruguai em 1980, resultando na criação de um documento legal para a regulamentação do bloco econômico. Dentre seus objetivos destacam-se o pluralismo acerca das questões econômicas e políticas, assim como o estabelecimento de ações que visam à formação de um mercado comum da América Latina, não obstante o desenvolvimento social e econômico, ambos debatidos de forma equilibrada, sem que haja uma atenção maior de um em detrimento do outro (ALADI, 2014).

Assim, definiu-se que os países integrantes do bloco deveriam levar em consideração os princípios do pluralismo, baseado na vontade dos países membros para integrar-se; de convergência, se referindo à multilateralização de acordos de alcance parcial; de flexibilidade, tendo em vista a potencialidade para permitir a rapidez dos acordos parciais; de tratamento diferenciado, sendo aplicado pelo fato de os países integrantes do bloco possuírem características econômicas-estruturais diferenciadas; e, por fim, o princípio múltiplo, possibilitando distintas formas de ajustes entre os países que o compõe (TRATADO DE MONTEVIDÉU, 1980).

O bloco econômico incentiva a criação de preferências de cunho econômico para a região, adotando mecanismos como a preferência tarifária regional, sendo aplicada aos produtos originados nos países membros do ALADI sobre as tarifas existentes para os países que não fazem parte do bloco; os acordos regionais, comuns a todos os membros do bloco, e os acordos parciais, não havendo, necessariamente, a participação de todos os países membros. Dentre os assuntos que podem ser abordados em ambos os tipos de acordos, parciais e regionais, se destaca a redução de tarifas e de promoção comercial, comércio econômico agrícola, cooperação fiscal financeira, em saúde e, dentre outros, cooperação científica e tecnológica.

Os países integrantes do ALADI são: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Cuba, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e Panamá. A análise das exportações foi

realizada para todos os países membros do bloco, exceto aqueles que fazem parte do Mercosul, já que este também é discutido neste trabalho.

África

Antes da colonização europeia na África, o continente apresentava uma organização cujo território ordenava-se em três porções, sendo a parte ao norte pertencente à civilização muçulmana, e suas demais porções organizadas em Estados-comunidades.

No início da ocupação europeia na África, a Espanha e Portugal foram pioneiros na dominação das principais áreas do litoral ocidental africano, favorecendo suas estratégias para possíveis relações com o oriente mediante a busca por novos mercados produtores e consumidores, sendo essas áreas posteriormente ocupadas pela Holanda e, paulatinamente, pela Inglaterra e França (CASTRO, 1979).

Com a conquista da América pela civilização europeia, começou um contexto de relações no qual a África apresentava grande importância para os interesses europeus, vindo a fornecer mão de obra escrava a partir do século XVII, de acordo com os interesses da colonização europeia na América. O ápice do comércio de escravos viria a acontecer no século XVIII, principalmente a partir da competição pelo mercado do açúcar entre a Inglaterra, França e Holanda.

A disputa acirrada pelo solo africano se prolongaria até o século XIX. A partir da segunda metade desse século, especificamente mediante a Conferência de Berlim (1884 e 1885), visando à conquista da África pelas potências coloniais e seu ordenamento, ocorreu a “repartição” do continente, a chamada Partilha da África, sendo estabelecida pelos Estados Unidos, pela Rússia e por 14 países europeus. O continente seria, então, dividido entre a Alemanha, Inglaterra, Portugal, França, Itália e Bélgica.

Após a Segunda Guerra Mundial intensificaram-se os movimentos de independência das colônias europeias, vindo a marcar a segunda metade do século XX, alguns conflitos se estendendo até o início do século XXI, resultando na formação de países que passaram a possuir uma identidade cultural, política e econômica mais específica.

No presente século, especificamente em 2002, foi formada a União Africana, inspirada no modelo da União Europeia, com o intuito de promover os direitos, a democracia e o desenvolvimento econômico de seus países membros, sendo considerado um avanço em relação ao continente que apresenta, em muitos países, notória desigualdade socioespacial.

Os países que integram a União Africana são: África do Sul, Angola, Argélia, Benim, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Djibouti, Egito, Eritreia, Gabão,

Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Mali, Malawi, Maurício, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro Africana, Congo, República Dominicana do Congo, Ruanda, Saara Ocidental, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Saychelles, Somália, Suazilândia, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbawe.

4. O RIO GRANDE DO NORTE E SUAS PRINCIPAIS RELAÇÕES COMERCIAIS COM OS BLOCOS ECONÔMICOS

O Brasil é o maior país em extensão territorial da América do Sul, possuindo 8.515.767,049 km² (IBGE, 2015), fator importante quando se leva em consideração a produção interna do país. O mesmo apresenta uma estrutura política assentada num Estado republicano, ordenado em unidades federativas, tendo como capital nacional a cidade de Brasília, localizada no Distrito Federal. A população brasileira, no ano de 2014, totalizava 202.033.670 habitantes (IBGE, 2015), sendo o idioma oficial do país a língua portuguesa.

A vasta extensão territorial brasileira propiciou a divisão do país em unidades federativas, somando-se 26 estados e 1 distrito federal, onde o poder executivo desses é exercido por um governador eleito quadrienalmente. Tais estados exercem níveis diferenciados de importância no que concerne à produção nacional brasileira, resultando em diferentes tipos de produtos, sendo parte deles destinada ao mercado interno e um volume expressivo para o mercado internacional.

No que diz respeito às exportações e importações brasileiras nos últimos anos, observa-se que os índices gerados pelas trocas comerciais entre os diferentes blocos econômicos e seus respectivos países ganham relativa importância em relação à formação do produto interno bruto brasileiro, o qual vem apresentando significativo aumento nos últimos anos (TAB. 1).

TABELA 1:
PIB brasileiro, exportações e importações Brasil/Mundo, 2003 – 2013⁷.

Período	PIB Brasil - US\$ bi	Exportações Mundo (FOB) - US\$ bi	Exportações Brasil (FOB) - US\$ bi	Importações Mundo (FOB) - US\$ bi	Importações Brasil (FOB) - US\$ bi
2003	553,6	7.379,90	73,2	7.869,00	50,9
2004	663,8	8.977,40	96,7	9.574,00	66,4
2005	882,4	10.235,90	118,5	10.870,00	77,6
2006	1.088,80	11.830,10	137,8	12.461,00	95,8
2007	1.366,50	13.690,70	160,6	14.330,00	126,6
2008	1.650,90	15.805,70	197,9	16.572,00	182,4

⁷ A SIGLA “FOB” origina-se da expressão inglesa *Free On Board* e Significa “dizer que o exportador é responsável pela mercadoria até ela estar dentro do navio, para o transporte, no porto indicado pelo comprador” (IPEA, 2015).

2009	1.625,60	12.241,40	153	12.781,00	133,7
2010	2.143,90	14.914,10	201,9	15.510,00	191,5
2011	2.475,10	17.889,30	256	18.504,00	236,9
2012	2.247,30	17.933,50	242,6	18.611,00	233,4
2013	2.243,10	18.300,30	242,2	18.890,00	250,4

Fonte: MDIC/SECEX, 2014.

Nesse sentido, depreende-se que as exportações brasileiras apresentam maior volume de capital que as importações, ambas tendo relativa participação nos valores gerados na escala mundial. A realidade brasileira difere do padrão dos valores em escala mundial, pois é possível verificar que as importações mundiais geraram valores mais elevados que as exportações, mesmo ambas resultando numa evolução crescente e com valores aproximados.

Nesse sentido, acreditamos que “hoje, o que é federativo ao nível mundial não é uma vontade de liberdade, mas de dominação, não é o desejo de cooperação, mas de competição” (SANTOS, et al, 2002). Nessa perspectiva, as nações adotam diversas estratégias tendo em vista a competitividade dos mercados em consonância com a lógica produtiva capitalista numa escala ampla, nesse caso, especificamente sobre os produtos nacionais exportados.

No caso brasileiro, é possível elencar a intervenção do Estado na economia, de modo particular nas exportações, mediante decretos que defendem: a atribuição de imunidade do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a exportação de produtos industrializados; a isenção de taxas para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), assim como a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (REINTEGRA), o qual procura reestabelecer valores de custos tributários na cadeia de produção exportadora.

Por sua vez, o Rio Grande do Norte, estado da região Nordeste do país, situado na costa litorânea, possuindo 167 municípios e uma população de 3.168.027 habitantes (IBGE, 2015), com densidade demográfica de 59,99 hab/km², apresenta um Produto Interno Bruto de R\$ 39.543.679.000, ou seja, 0,9 % do PIB brasileiro (IBGE, 2015). Dentre os principais produtos exportados pelo estado destacam-se melões, castanha de caju, óleos brutos de petróleo, camarões, bananas, sal, além de produtos têxteis, produtos de confeitaria, açúcares e produtos para consumo de bordo.

O Rio Grande do Norte possui relativo grau de vantagem em relação às importações e exportações realizadas por via marítima, já que se situa na costa do Oceano Atlântico, com relativa proximidade em relação a mercados consumidores expressivos como é o caso europeu. Em seu território, encontra-se o Rio Potengi, cujo estuário, localizado na cidade do Natal, capital potiguar, é

o principal ponto de embarque/desembarque de navios, por intermédio do principal porto existente, o qual é administrado pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte. Além do transporte marítimo, o estado também conta, como infraestrutura de transporte de pessoas e mercadorias, com o Aeroporto Internacional Aluísio Alves, localizado em São Gonçalo do Amarante, região metropolitana de Natal. A capital do estado detém importante centralidade em relação à indústria, comércio e serviços, enquanto a maior parte da cadeia produtiva primária é oriunda dos municípios interioranos.

No tocante às exportações realizadas nos últimos anos pelo estado, é possível verificar um declínio no que diz respeito aos valores gerados, conforme pode ser observado no Gráfico 1. Vale ressaltar que os valores apresentados pelas exportações dos principais produtos oriundos do Rio Grande do Norte (GRAF. 1) são referentes aos itens principais cadastrados pelo MDIC, somando-se pouco mais de 100 produtos.

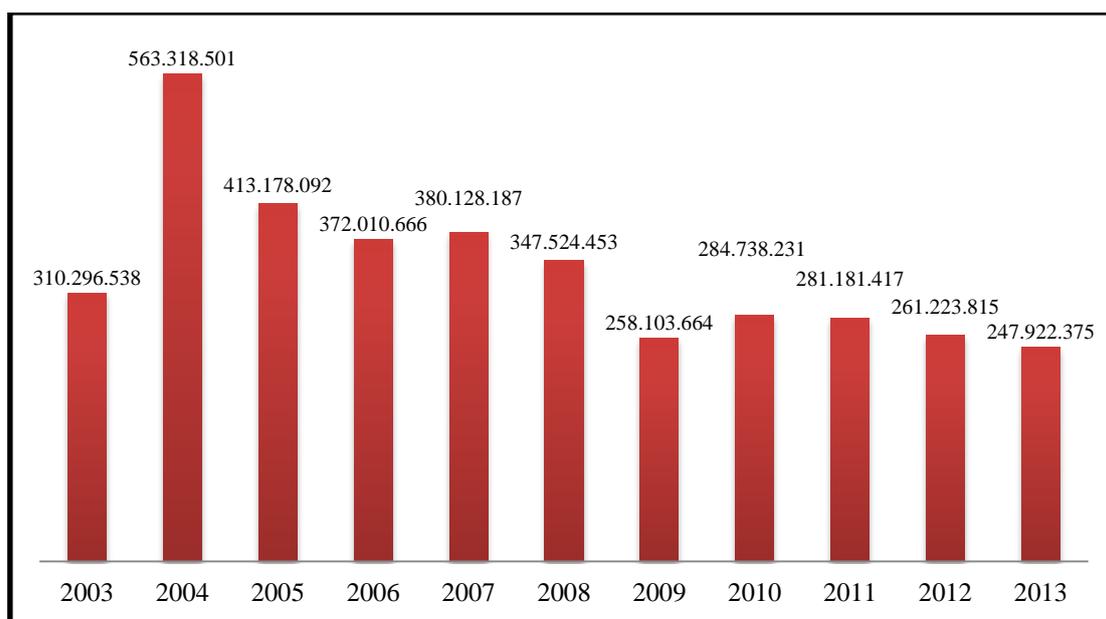


GRÁFICO 1: Totais exportados (em FOB) pelo Rio Grande do Norte, 2003 a 2013. **Fonte:** MDIC/SECEX, 2014.

O gráfico 1 mostra que o Rio Grande do Norte obteve maior valor de exportação em 2004, sendo atribuído, principalmente, à elevada exportação de óleos brutos de petróleo neste ano. De 2003 a 2004 ocorreu uma elevação de 382,1% na exportação do respectivo produto, vindo a diminuir em 2005 com uma variação negativa de -65,9%, e em 2006 também com saldo negativo de -71,1 em relação ao ano anterior.

Em 2005, quando se verificou o segundo maior valor de exportação total dos produtos de origem potiguar, observa-se a elevação das exportações de outros produtos, principalmente castanha

de caju, açúcares, bananas, melões, sal, produtos têxteis e consumo de bordo, tendo em vista a considerável diminuição do petróleo em 2005 em relação a 2004.

A diminuição do valor geral de exportação no Rio Grande do Norte no ano de 2009 acompanhou a dinâmica do comércio brasileiro e internacional, estando diretamente relacionada à crise financeira que se instaurou no cenário econômico mundial a partir de 2008, crise esta refletida também nas importações realizadas pelo Brasil, bem como em seu Produto Interno Bruto (Tabela 1).

Mesmo havendo oscilação dos totais obtidos através das exportações dos produtos oriundos do Rio Grande do Norte, é válido atentar para a importância desses valores no contexto da economia do estado, significando o resultado de diversos agentes envolvidos nos diferentes processos produtivos, em distintas relações de trabalho. Nesse contexto,

diversos circuitos promovem a internacionalização do território potiguar por meio de fluxos comerciais que se estabelecem no processo geral de produção, tanto nas compras de matérias-primas e bens de capital – como parte dos inputs da empresa, quanto nas vendas dos produtos transformados ou beneficiados – aqueles que se computam como output (ARROYO *et al*, 2013, pag. 35 e 36).

Os principais produtos exportados pelo Rio Grande do Norte, destinados aos blocos econômicos em destaque, no período de 2003 a 2013, são melões, castanha de caju, óleos brutos de petróleo, camarões, bananas, sal, produtos têxteis, produtos de confeitaria, açúcares e consumo de bordo. Esses foram os mais exportados em termos de valores gerados pela comercialização em US\$ FOB registrados pelo MDIC, independentemente da quantidade e peso dos produtos.

Nesse sentido, o Gráfico 2 apresenta os principais produtos exportados pelo Rio Grande do Norte, independentemente do destino desses. No entanto, sabe-se que a sua maior parte é destinada aos blocos econômicos analisados neste trabalho.

Dentre os principais produtos exportados no período, destaca-se a base primária exportadora, com representatividade para os melões, os quais geram o significativo valor de US\$ 603.105.319; óleos brutos de petróleo, que mesmo sendo exportados apenas de 2003 a 2005 resultaram na geração do expressivo valor de US\$ 468.005.684; e a castanha de caju, ocupando o terceiro lugar no ranking, a qual gerou o valor de US\$ 428.459.836.

Os demais produtos também geraram significativos valores no período analisado, variando entre US\$ 94.368.848 e US\$ 344.056.505. O total gerado pela base de exportações do estado do Rio Grande do Norte com os dez principais produtos somou um montante de US\$ 2.880.669.354.

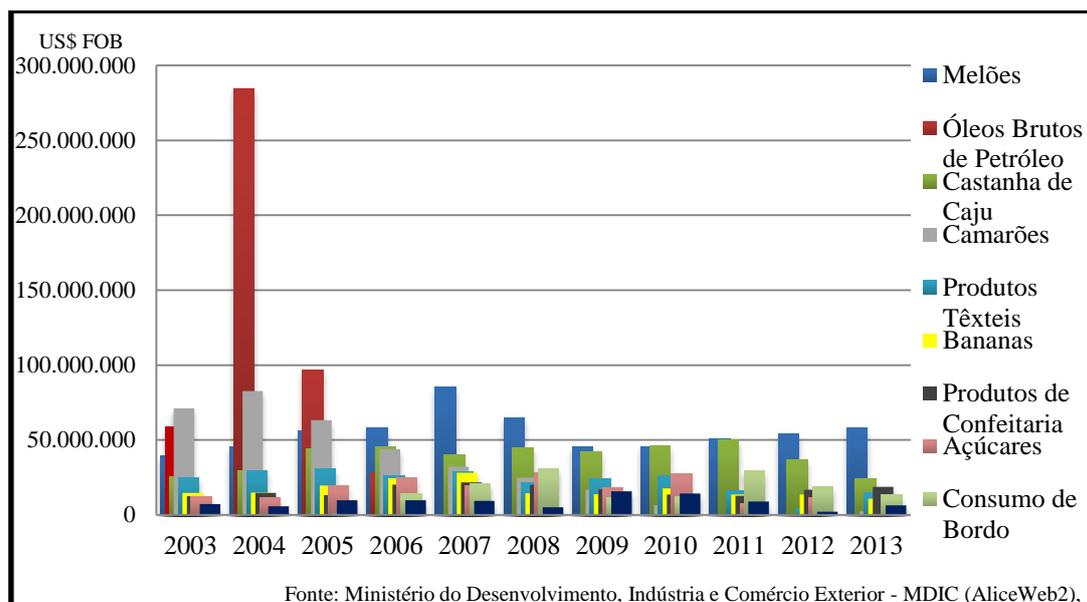


GRÁFICO 2: Principais Produtos Exportados do Rio Grande do Norte - 2003 a 2013. **Fonte:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC (AliceWeb2), 2014.

Vale ressaltar que a maioria desses produtos foi exportada nos sucessivos e respectivos anos analisados, exceto óleos brutos de petróleo, ocorrendo apenas de 2003 a 2006, significando que o mesmo não teve como principal destino os blocos econômicos citados, mas sim os países do grupo América Latina e Caribe. É importante mencionar que produtos como: camarão não foi exportado em 2012, e açúcar, o qual não aparece nas exportações de 2013.

Diante do exposto, pode-se apresentar um quadro geral sobre os principais produtos que se destinaram para cada bloco econômico, evidenciando os percentuais da base de exportação do estado por bloco em relação ao total das exportações no período de 2003 a 2013 (TAB. 2).

TABELA 2:

Porcentagem das exportações do Rio Grande do Norte para os blocos em relação ao total exportado por produto, 2003 a 2013.

Produtos	MERCOSUL	U.E	EUA	ÁFRICA	ALADI
Melões	0,16%	99,19%	0,25%	0,00%	0,00%
Óleos Brutos de Petróleo	0,00%	0,00%	15,79%	0,00%	0,00%
Castanha de Caju	1,23%	15,06%	67,42%	0,71%	1,98%
Camarões	0,35%	81,90%	17,67%	0,00%	0,00%
Produtos Têxteis	39,05%	4,43%	43,26%	10,00%	8,04%
Bananas	1,13%	85,63%	0,00%	0,00%	0,00%
Produtos de Confeitaria	0,65%	3,09%	83,43%	3,69%	0,17%
Consumo de Bordo	0,00%	2,60%	0,39%	0,00%	0,00%
Açúcares	0,00%	5,15%	9,24%	42,07%	27,10%
Sal	1,84%	7,65%	29,78%	55,21%	0,27%

Fonte: MDIC/SECEX (AliceWeb 2), 2014.

Diante da representação das porcentagens da Tabela 2, depreende-se que a maioria dos produtos exportados é destinada aos blocos econômicos, exceto óleos brutos de petróleo (importado exclusivamente pelos EUA) e consumo de bordo (importado pela União Europeia e EUA).

É significativa a importância de alguns blocos econômicos, em termos de compra de produtos, como melões, camarões e bananas, para a União Europeia, assim como de castanha de caju e produtos de confeitaria para os EUA. No caso dos produtos têxteis, é perceptível uma maior importação pelos EUA, não obstante a importação pelo MERCOSUL, havendo ainda exportação em menor escala para os demais blocos. Em relação aos açúcares, o único bloco que não importou foi o MERCOSUL, sendo a maior quantidade destinada à África, bem como para o ALADI. O sal foi destinado, principalmente, para África e EUA, sendo exportado ainda em menor quantidade para os demais blocos.

Dentre os principais produtos exportados, no tocante às exportações realizadas para os EUA, o único produto que não foi comercializado foi a banana. O bloco foi responsável pela geração de maiores valores mediante a importação da castanha de caju ocorrendo em todo o período analisado, chegando a US\$ 288.887.147. Foram registrados, também, maiores valores a partir da importação de produtos de confeitaria, totalizando US\$ 150.812.721. Ainda dentre os principais produtos destinados ao bloco se destacam os produtos têxteis, ocorrendo em todo o período, totalizando US\$ 107.051.534. Os demais produtos chegaram a ser importados, porém não comercializados todos os anos, oscilando no período analisado, e gerando valores que variaram entre US\$ 1.566.863 e US\$ 73.915.402. Uma particularidade que se observa em relação aos EUA diz respeito à exportação de óleos brutos de petróleo entre 2003 e 2005, uma vez que 15,79 % do total exportado do Rio Grande do Norte foi destinado ao bloco, não sendo destinado a nenhum dos demais blocos em questão.

Sobre as exportações realizadas para o bloco econômico MERCOSUL, depreende-se que a Argentina foi o maior importador de produtos do Rio Grande do Norte, principalmente de castanha de caju, camarões, bananas e produtos têxteis, este último sendo o mais importado pelo respectivo país, gerando o valor de US\$ 95.172.591, além de ser comercializado melão, porém com um valor menor que a média para o bloco. No que concerne às exportações destinadas ao Uruguai, segundo maior importador, apenas não aparece comercialização de óleos brutos de petróleo, consumo de bordo, produtos de confeitaria e açúcares, os demais produtos totalizaram US\$ 3.901.313. As exportações destinadas ao Paraguai compreendem produtos de confeitaria, produtos têxteis e sal, totalizando, juntos, o valor de US\$ 3.546.102. As exportações realizadas para a Venezuela compreendem a castanha de caju e produtos têxteis, porém resultando em valores muito baixos, sendo o país responsável pela importação de 0,27% do total das exportações do estado para o referido bloco.

As exportações realizadas para a União Europeia revelam que o país gerador do maior valor nesse tipo de transação foi a Holanda, a qual comprou do estado: castanha de caju, camarões, produtos têxteis, bananas, consumo de bordo e melões, este último gerando maiores valores, totalizando US\$ 226.747.706, sendo o país que mais importou melões no bloco e entre todos os demais países e blocos que mantêm relação com a economia do estado. O segundo maior importador foi a Espanha, principalmente através da compra de melões, totalizando US\$ 160.737.179, não vindo a estabelecer relações comerciais por meio da compra de óleos brutos de petróleo, consumo de bordo e sal. Outro significativo importador, exceto de óleos brutos de petróleo e produtos têxteis, foi o Reino Unido, responsável pelos maiores valores oriundos da compra de melões, totalizando US\$ 188.249.890. Em quarto lugar no ranking das exportações para o bloco destaca-se a França, através da compra de melões, castanha de caju, produtos têxteis, bananas, produtos de confeitaria e, principalmente, camarões totalizando US\$ 164.398.739.

Outros países foram responsáveis por significativos valores provenientes das relações comerciais com a União Europeia, a exemplo da Itália, Dinamarca (sendo principal importador do sal), Alemanha e Bélgica. Em relação aos países que não compraram nenhum dos produtos em análise aparecem: Eslovênia, Eslováquia, República Tcheca, Luxemburgo e Áustria. Os demais países do bloco foram importadores, porém gerando valores pouco representativos.

As exportações do Rio Grande do Norte para o continente africano, no geral, são pouco expressivas em comparação aos demais blocos, tendo seu relativo grau de importância no que diz respeito à produção total do estado.

O país africano que mais comprou produtos do Rio Grande do Norte foi a África do Sul, responsável pelos maiores valores mediante a compra, principalmente, de castanha de caju, totalizando US\$ 3.014.339, assim como também de produtos têxteis, produtos de confeitaria, açúcares e consumo de bordo, resultando em um valor muito baixo em relação aos demais. Outro país que se destaca é a Nigéria, gerando significativos valores mediante a importação de açúcares e sal, ambos os produtos totalizando US\$ 67.825.185. Para a Angola, as exportações referem-se a produtos têxteis, sal, produtos de confeitaria e açúcares, totalizando US\$ 13.746.181. As exportações realizadas para Gana também foram significativas no que concerne aos valores resultantes dos melões, sal, produtos de confeitaria e açúcares, resultando em um total de US\$ 9.828.813. Outros países do bloco econômico africano também foram responsáveis pela importação de alguns dos produtos mensurados, porém geraram baixos valores. Os produtos que não foram importados compreendem óleos brutos de petróleo e bananas, os demais produtos foram comercializados em menor escala.

Dentre as importações realizadas pelos países que fazem parte do bloco ALADI, depreende-se que o principal importador foi a Venezuela, comprando açúcares totalizando um montante de US\$ 40.786.795, sendo o maior valor gerado por um único produto destinado ao bloco. Além disso, o respectivo país também importou castanha de caju, produtos têxteis e sal, resultando em menores valores. O México foi o segundo país a somar os mais altos valores de importação a partir de produtos têxteis, produtos de confeitaria, castanha de caju e açúcares, totalizando o montante de US\$ 12.946.482. A Colômbia aparece como terceiro principal comprador, totalizando um valor significativo mediante a compra da castanha de caju, açúcar, sal e produtos têxteis, gerando US\$ 4.724.661. O Chile ficou em quarto lugar no ranking geral das exportações, com destaque na compra de camarões, produtos de confeitaria, sal, castanha de caju e produtos têxteis, totalizando US\$ 4.501.007. Os demais países (Bolívia, Equador e Peru) também importaram alguns dos produtos em análise, porém gerando menores valores, oscilando entre US\$ 985.482 e US\$ 3.739.962.

Diante do exposto, depreende-se notória complexidade dos fluxos gerados pelas exportações do Rio Grande do Norte para os blocos econômicos no período de uma década – 2003 a 2013. Destarte, as trocas comerciais não foram realizadas em todos os anos do período, tampouco em todos os meses daqueles anos em que houve intercâmbio comercial. Trata-se de exportações sazonais que oscilaram muito, tanto no tempo quanto no espaço econômico internacional estudado, mas também em termos de quantidade, tipos de produtos, peso e valor gerado.

Os dados analisados nos permitem entender a complexidade da integração econômica no âmbito do atual processo de mundialização da economia capitalista, especialmente no tocante às relações comerciais e aos fluxos de exportações gerados por um estado brasileiro perante determinados blocos econômicos. É importante atentar para questões que perpassam números de exportações e o destino de uma determinada produção, envolvendo uma abrangência de elementos que se conectam e formam um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações, isto é, o espaço geográfico, como bem define Milton Santos (2009b). Ademais, evidencia-se a interconexão, interdependência e as interações espaciais entre diversos agentes e lugares, mediante forças produtivas, de formação de fluxos, aproximando áreas, pessoas e objetos, marcando, assim, os processos que refletem e se deixam refletir na economia global e no modo de vida da sociedade contemporânea.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado mundial impõe paradoxalmente o ritmo das transformações e da (re)produção do capital. O que no passado abrangia uma escala local passa a se projetar e se configurar em escala regional, nacional e até mesmo internacional, formando fluxos constantes no espaço como resultado eminente dos interesses capitalistas de produção. Não só o dinheiro, mas também a mão de obra e a técnica passam a adentrar áreas onde antes não existiam determinados interesses por parte do capital hegemônico.

Como se constatou nesta análise, o Rio Grande do Norte se inseriu e continua com notória participação e representação no contexto econômico internacional e global, cujas relações imbricam-se ao processo de reestruturação produtiva em curso nas últimas décadas. As potencialidades econômicas do território potiguar, em função de suas condições naturais e de sua localização geográfica, tornam-se peculiares, sendo o seu intercâmbio com o exterior possível a partir das ações de diversos agentes produtores do espaço, sejam eles as firmas, as instituições, o Estado, o homem e suas intencionalidades. Com isso, são constituídas complexas redes que evidenciam parte da amplitude da economia global e a realidade das trocas comerciais entre os países e os blocos econômicos no contexto da reestruturação produtiva do capital.

No que concerne à produção gerada no Rio Grande do Norte, foi evidenciada a potencialidade do estado em termos de exportação de diversos produtos, porém os principais se originam na base econômica primária, a exemplo da castanha de caju, os óleos brutos de petróleo, camarões, bananas, sal marinho, além de produtos industriais como artefatos têxteis, produtos de confeitaria, açúcares e consumo de bordo. A maior parte desses produtos destinam-se para os países/blocos econômicos MERCOSUL, União Europeia, Estados Unidos, África e ALADI.

Evidenciou-se ainda a importância de alguns países, no contexto das importações dos respectivos blocos, ocasionando a geração de valores expressivos e, muitas vezes, díspares, pelo intercâmbio comercial, como é o caso da Argentina – MERCOSUL, Holanda – União Europeia África do Sul – África, e Venezuela – ALADI.

Contudo, a complexidade que envolve as relações socioeconômicas, políticas e institucionais, marcadas pela produção e pela relação mercadoria-trabalho influenciam diretamente a divisão internacional e territorial do trabalho, gerando desigualdades e competitividade entre os lugares. Por outro lado, os meios que favorecem a mobilização dos agentes – a exemplo de determinados fixos no espaço, como portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, modais de transportes, as instituições que controlam a produção e a comercialização dos produtos e as firmas que exercem suas funções para o desenvolvimento das atividades econômicas – são exemplos de elementos e

processos imbuídos do/no funcionamento e execução de ações coordenadas no espaço, sendo reconhecidos como portadores de relativo grau de importância no presente contexto da análise das exportações do estado do Rio Grande do Norte para alguns países e blocos econômicos mundiais, processo esse intrínseco à reestruturação produtiva do capital.

Referências

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração. **Conheça a ALADI**. Disponível em: <http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitec.nsf/VSTITIOWEBp/quienes_somosp>. Acesso em 05 de janeiro de 2015.

ARROYO, Mônica. Mercosul: discurso de uma nova dimensão do território que encobre antigas falácias. In: SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A. de. SILVEIRA, Maria Laura. (orgs). **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

ARROYO, Mônica. GOMES, Rita de Cássia. O Rio Grande Do Norte no comércio internacional: circuito espacial da produção de têxteis e de confecções. **Revista Mercator**, Vol. 12, No 29, 2013.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. A América Latina face à política de integração econômica regional no mundo subdesenvolvido. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (62).

_____. Reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2), p. 113-132, set. 2013.

BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** Equívocos do globalismo: resposta a globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: Reflexões sobre internet, negócios e sociedade**. 2ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

_____. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Therezinha de. **África: geohistória, geopolítica e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Freitas bastas, 1979.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá – São Paulo: Xamã, 1996.

EUROPA.UE – UNIÃO EUROPEIA. **A história da União Europeia**. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_pt.htm>. Acesso em 06 de janeiro de 2015.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1992.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 2ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.1996.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Países**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php>. Acesso em 05 de janeiro de 2015.

_____. **IBGE Estados**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rn>>. Acesso em 08 de março de 2015.

MDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Comércio exterior**. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>>. Acesso em 15 de março de 2015.

_____. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br/noticia/>>. Acesso em 20 de março de 2015.

MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2009b.

_____. **Pensando o espaço do Homem**. 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2009a.

_____. **Espaço e Método**. 1ª reimpressão. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19ªed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Milton et al (orgs.). **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec – ANPUR, 2002.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993.

TRATADO DE ASSUNÇÃO. Disponível em:

<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1270491919.pdf>. Acesso em 05 de janeiro de 2015.

TRATADO DE MONTEVIDÉU, 1980. Disponível em:

<<http://www.aladi.org/nsfaladi/juridica.nsf/vtratadoweb/tm80>>. Acesso em 14 de janeiro de 2015.

Recebido em 18/07/2015

Aceito em 10/11/2015